

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Bases Teóricas do Nome Comercial	5
2.1 Origens e Evolução Histórica do Conceito do Nome Comercial e do Nome Empresarial no Brasil.....	6
2.1.1 Período Colonial	10
2.1.2 Período Imperial.....	16
2.1.3 Período Republicano e a Doutrina Clássica.....	31
2.1.3.1 O conceito de nome comercial na doutrina clássica	33
2.1.3.2 Da natureza jurídica do nome comercial segundo a doutrina clássica.....	37
2.1.3.3 A teoria de Gama Cerqueira sobre a natureza jurídica do nome comercial.....	50
2.1.4 O Período Democrático Republicano Pós-Constituição Federal de 1988 e a Doutrina Contemporânea	53
2.1.4.1 O conceito de nome comercial na doutrina contemporânea	54
2.1.4.2 A natureza jurídica do nome comercial para a doutrina contemporânea.....	58
2.2 Considerações Finais deste Capítulo.....	70
3. O Nome Comercial na Legislação Brasileira.....	75
3.1 O Nome Comercial na Legislação Brasileira Anterior à CUP	75
3.1.1 O Alvará Real de 10 de Março de 1649	76
3.1.2 A Carta Real de 1755 e a Carta Lei de 30 de Agosto de 1770.....	77
3.1.3 O Código Comercial de 1850.....	78

3.1.4 Decreto n.o 2.682, de 23 de Outubro de 1875 – A Primeira Lei Brasileira de Marcas.....	79
3.1.5 Lei n.o 3.150, de 4 de Novembro de 1882	80
3.2 A Convenção da União de Paris – CUP.....	81
3.3 O Nome Comercial na Legislação Brasileira no Período Compreendido entre a CUP e a Constituição Federal de 1988.....	83
3.3.1 Decreto n.o 3.346, de 14 de Outubro de 1887 – A Segunda Lei de Marcas.....	84
3.3.2 Decreto n.o 596, de 19 de Julho de 1890.....	85
3.3.3 Decreto n.o 916, de 24 de Outubro de 1890	86
3.3.4 A Constituição Federal de 1891	87
3.3.5 Decreto n.o 1.236, de 24 de Setembro de 1904.....	87
3.3.6 Decreto n.o 16.264, de 19 de Dezembro de 1923.....	88
3.3.7 Decreto n.o 22.301, de 4 de Janeiro de 1933.....	89
3.3.8 Decreto n.o 22.989, de 26 de Julho de 1933.....	90
3.3.9 Decreto n.o 24.507, de 29 de Julho de 1934.....	91
3.3.10 As Constituições Federais de 1934 e 1937	93
3.3.11 O Código de Propriedade Industrial de 1945	93
3.3.12 Constituição Federal de 1946.....	96
3.3.13 Lei n.o 4.726, de 13 de Julho de 1965	96
3.3.14 A Constituição Federal de 1967	97
3.3.15 O Código de Propriedade Industrial de 1967.....	97
3.3.16 O Código de Propriedade Industrial de 1969	100
3.3.17 O Código de Propriedade Industrial de 1971	101
3.4 O Nome Comercial na Constituição Federal Brasileira de 1988.....	102
3.5 O Nome Comercial na Legislação Brasileira após a Constituição Federal de 1988.....	105
3.5.1 Lei n.o 8.934, de 18 de Novembro de 1994.....	105
3.5.2 Decreto n.o 1.800, de 30 de Janeiro de 1996	107

3.5.3 Lei n.o 9.279, de 14 de Maio de 1996 – A Lei de Propriedade Industrial.....	108
3.5.4 O Nome Empresarial no Código Civil de 2002.....	110
3.5.5 Instrução Normativa IN DREI n.o 15/2013.....	112
3.6 Conclusões do Capítulo.....	115
4. Das Diferenças entre o Nome Comercial e o Nome Empresarial.....	117
4.1 Dos Fundamentos que Demonstram que o Nome Comercial e o Nome Empresarial tratam-se de Signos Diferentes	120
4.1.1 Fundamentos de Ordem Histórica	120
4.1.2 Fundamentos de Ordem Legislativa.....	123
4.1.3 Fundamento de Ordem Funcional	129
4.1.4 Fundamentos Ligados à Natureza Jurídica do Direito ao Nome Comercial.....	133
4.1.5 Fundamentos de Ordem Pragmática	139
4.2 Da Natureza Ubiquitária dos Signos	147
4.3 O fenômeno do deslocamento do signo.....	151
5. Da Função Distintiva do Nome Comercial.....	159
5.1 A Função Distintiva da Marca no Ordenamento Jurídico.....	160
5.2 Da Noção de Nome Comercial e sua Relação com a Empresa	174
5.3 Da Função Distintiva do Nome Comercial.....	179
6. Conclusão.....	193
Referências	199
Anexo 1– signos distintivos de Meuron & Cia (Fábrica de Rapé Area Preta)	231